



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.<sup>a</sup>  
Aprova o Orçamento do Estado para 2021

Proposta de Aditamento

ANEXO I

Mapa de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

Diversas alterações e transferências

24-A - Transferência de verbas do Ministério das Finanças no montante de € 1 878 065,02 para o Instituto Politécnico de Santarém destinadas à construção da residência para estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

Assembleia da República, 12 de novembro de 2020

Os Deputados,

António Filipe, Duarte Alves, João Oliveira, Paula Santos, Alma Rivera, Ana Mesquita,

Bruno Dias, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa, João Dias

Nota Justificativa:

Na sequência da aprovação unânime de uma Resolução da Assembleia da República, o Orçamento do Estado para 2018 inscreveu uma dotação para a construção da residência para estudantes que faz parte integrante do projeto de construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

O projeto relativo às instalações dessa escola permaneceu inacabado. O terreno a ela destinado, no interior do campus, ficou devoluto, a aguardar a construção que não chegou a ser iniciada. E todos os anos, dezenas de estudantes são obrigados a

abandonar a escola por falta de recursos financeiros para suportar os custos da estadia e alojamento em Rio Maior.

Após a aprovação da construção da residência no Orçamento do Estado para 2018, o projeto foi atualizado. A Direção da ESDRM e do IPS efetuaram todas as diligências necessárias para que o concurso para a construção pudesse ser lançado.

No debate do Orçamento do Estado para 2019, o Governo assumiu publicamente o compromisso de viabilizar o lançamento da obra, mas isso não se verificou.

O Orçamento do Estado para 2020 inscreveu no artigo 140.º o dever do Governo transferir para o Instituto Politécnico de Santarém a dotação necessária para o lançamento, em 2020, da obra de construção da residência para estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, visando a sua conclusão em 2021. Mais uma vez, isso não se concretizou.

O Governo não cumpriu o disposto na Lei do Orçamento do Estado.

Em 2021 esta situação não se pode repetir.

Assim, o PCP propõe que seja consagrada uma transferência direta do Ministério das Finanças para o Instituto Politécnico de Santarém que garanta que, tal como o Ministro do Ensino Superior afirmou no debate parlamentar, a construção da residência esteja concluída em 2022.